COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais

Demonstrações intermediárias do resultado

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos a apreciação de V. Sas. às informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias .

A Companhia mantém um nível de endividamento e fluxo de recebíveis compatível com suas obrigações.

Até 30 de setembro de 2023, a Companhia realizou a emissão e distribuição de 76 (setenta e seis) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), com valor total de R$ 98.703.771 e 10 (dez) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com valor total de R$ 1.152.603.

Estão ativas em 30 de setembro de 2023, 59 (cinquenta e nove) emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, com valor total de R$ 2.915.291 e 10 (dez) emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, com valor total de R$ 1.252.603.

Estão ativas em 30 de setembro de 2023 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários:

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI MR$
03/08/2018	3	4	15.100	15.100
12/05/2020	3	10	15.000	15.000
08/04/2020	3	11	24.000	24.000
28/05/2020	3	12	7.000	7.000
21/08/2020	3	14	25.000	25.000
21/08/2020	3	15	25.000	25.000
28/09/2020	3	19	27.000	27.000
15/10/2020	3	20	32.400	32.400
15/10/2020	3	21	8.100	8.100
23/10/2020	3	22	37.500	37.500
23/10/2020	3	23	37.500	37.500
23/10/2020	3	25	9.750	9.750
17/12/2020	3	26	10.300	10.300
22/12/2020	3	27	35.000	35.000
22/12/2020	3	28	35.000	35.000
15/02/2021	3	29	32.000	32.000
01/03/2021	3	30	18.270	18.270
18/02/2022	3	33	75.000	75.000
26/04/2021	3	34	30.000	30.000
26/04/2021	3	35	51.000	51.000
19/10/2021	3	37	6.200	6.200

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI MR$
18/06/2021	3	38	27.000	27.000
18/06/2021	3	39	3.000	3.000
23/06/2021	3	40	45.500	45.500
23/06/2021	3	41	56.000	56.000
21/07/2021	3	42	14.000	14.000
23/08/2021	3	43	30.000	30.000
01/09/2021	3	45	101.937	101.937
01/09/2021	3	46	25.484	25.484
18/06/2021	3	47	80.000	80.000
18/06/2021	3	48	10.150	10.150
17/12/2021	3	49	45.000	45.000
01/12/2021	3	50	90.000	90.000
23/03/2022	3	52	85.000	85.000
10/12/2021	3	53	28.000	28.000
28/04/2022	3	55	6.000	6.000
20/04/2022	3	56	10.000	10.000
16/08/2022	4	1	26.100	26.100
27/05/2022	5	1	30.500	30.500
04/10/2022	6	1	44.000	44.000
03/11/2022	7	1	18.500	18.500
29/06/2022	8	1	35.300	35.300
29/06/2022	9	1	33.000	33.000
27/06/2022	10	1	80.000	80.000
08/09/2022	11	1	10.000	10.000
08/09/2022	11	2	10.000	10.000
23/02/2023	12	1	25.000	25.000
27/07/2022	13	1	100.000	100.000
27/07/2022	13	2	100.000	100.000
11/05/2023	14	1	26.500	26.500
30/06/2023	15	1	36.000	36.000
18/08/2022	16	1	36.900	36.900
18/08/2022	16	2	43.100	43.100
18/08/2022	16	3	20.000	20.000
01/11/2022	17	1	18.600	18.600
17/10/2022	18	1	65.000	65.000
22/08/2022	19	1	35.000	35.000
19/09/2022	20	1	50.000	50.000
09/12/2022	21	1	22.500	22.500
20/10/2022	22	1	12.200	12.200
20/10/2022	22	2	6.000	6.000
21/10/2022	23	1	32.310	32.310
15/12/2022	24	1	55.000	55.000
03/11/2022	27	1	60.000	60.000
24/10/2022	28	1	13.400	13.400
30/06/2023	29	1	9.849	9.849
30/06/2023	29	2	1.094	1.094
03/03/2023	30	1	253.347	253.347
03/03/2023	30	2	23.844	23.844
03/03/2023	30	3	20.865	20.865
30/06/2023	31	1	149.542	149.542
30/06/2023	31	2	8.797	8.797
30/06/2023	31	3	17.593	17.593

Estão ativas em 30 de setembro de 2023 as seguintes séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio:

Data	Emissão	Série	Quantidade de CRI	Volume de emissão CRI MR$
27/09/2021	1	1	31.500	31.500
06/12/2021	2	1	100.000	100.000
29/04/2022	3	1	21.103	21.103
16/12/2022	4	1	500.000	500.000
23/06/2022	5	1	25.000	25.000
23/06/2022	5	2	25.000	25.000
27/09/2022	6	1	35.000	35.000
27/09/2022	6	2	15.000	15.000
09/11/2022	8	1	50.000	50.000
28/02/2023	9	1	20.000	20.000
28/02/2023	9	2	30.000	30.000
23/03/2023	10	1	150.000	150.000
23/03/2023	11	1	150.000	150.000

A Companhia apresentou no período findo em 30 de setembro de 2023 um lucro líquido de R$ 1.608 (R$ 1.370 em 30 de setembro de 2022). O patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2023 é de R$ 4.068 (R$ 3.570 em 30 de setembro de 2022).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção no mercado imobiliário. Os recursos para garantir a sua continuidade operacional foram, a partir deste ano, providos de suas atividades como securitizadora.

Informamos que a auditoria externa realizou no período findo em 30 de setembro de 2023 exclusivamente o trabalho de auditoria independente sobre as informações contábeis intermediárias.

A administração permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos desejados.

São Paulo, 3 de novembro de 2023.

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Província de Securitização
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Província de Securitização ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nesta data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interím Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboras adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Outros assuntos

Demonstração Intermediária do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais intermediários
Em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota Explicativa	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	863	1.671
Clientes	5	3	109
Impostos a recuperar	6	3.706	3.379
Outros valores a receber	7	377	138
Total do circulante		4.949	5.297
Não circulante			
Depósito em caução		2	2
Imobilizado	9	56	54
Total do não circulante		58	56
Total do ativo		5.007	5.353

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Balanços patrimoniais intermediários
Em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota Explicativa	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			
Dividendos a pagar		-	203
Fornecedores		45	63
Obrigações trabalhistas	10	210	134
Impostos e contribuições a recolher	11	476	1.164
Outras obrigações	12	208	219
Total do circulante		939	1.783
Patrimônio líquido	15		
Capital Social		820	820
Reservas de lucros			
Legal		164	164
Reserva de lucros a distribuir		1.476	2.586
Resultado do período		1.608	-
Total do patrimônio líquido		4.068	3.570
Total do passivo e patrimônio líquido		5.007	5.353

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações intermediárias do resultado
Exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	De 01/01/2023 a 30/09/2023	De 01/01/2022 a 30/09/2022
Receita bruta			
Prestação de serviços	16	3.638	2.770
Impostos sobre serviços	16	(344)	(266)
		3.294	2.504
Receitas/(despesas) operacionais			
Salários, encargos sociais e benefícios	17	(1.799)	(1.378)
Serviços de terceiros	18	(965)	(1.030)
Anúncios e publicações		10	(32)
Locação de salas		(38)	(54)
Cartórios		(13)	-
Comunicação		(35)	(36)
Outras despesas administrativas		(124)	(100)
Despesas indedutíveis		-	-
Resultado financeiro líquido	19	1.991	2.207
Despesas tributárias		(126)	(48)
Outras receitas/(despesas) operacionais		219	22
		(880)	(449)
Resultado antes dos impostos		2.414	2.055
Imposto de Renda	13	(588)	(499)
Contribuição Social	13	(218)	(186)
Resultado líquido dos períodos		1.608	1.370
Lucro por ação	15	0,0020	0,0017

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações intermediárias do resultado
Exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2023 a 30/09/2023	De 01/01/2022 a 30/09/2022
Lucro líquido do período	1.608	1.370
Resultados abrangentes do período	1.608	1.370

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro a distribuir	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	820 0	-	1.109	-	1.929
Lucro líquido do período	-	-	-	1.370	1.370
Destinação do lucro					
Dividendos obrigatórios	-	-	(244)	-	(244)
Saldo em 30 de setembro de 2022	820	-	865	1.370	3.055
Saldo em 31 de dezembro de 2022	820 0	164	2.586	-	3.570
Lucro líquido do período	-	-	-	1.608	1.608
Destinação do lucro					
Dividendos distribuídos	-	-	(1.110)	-	(1.110)
Saldo em 30 de setembro de 2023	820	164	1.476	1.608	4.068

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2023 a 30/09/2023	De 01/01/2022 a 30/09/2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.608	1.370
Depreciação	11	4
	1.619	1.375
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	106	(68)
Impostos a recuperar	(327)	(2.328)
Outros valores a receber	(239)	(71)
Fornecedores	(18)	55
Obrigações trabalhistas	76	62
Impostos e contribuições a recolher	(688)	661
Obrigações sociais e tributárias	-	-
Outras obrigações	(11)	53
	(1.101)	(1.635)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	518	(260)
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(13)	(39)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	(13)	(39)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(1.313)	(356)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	(1.313)	(356)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(808)	(655)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.671	2.078
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	863	1.424
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(808)	(655)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO

Demonstrações intermediárias do valor adicionado
Exercícios findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	De 01/01/2023 a 30/09/2023	De 01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas		
Prestação de serviços	3.638	2.771
	3.638	2.771
Insunmos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(86)	(166)
Serviços de terceiros	(965)	(1.030)
Valor adicionado bruto	2.587	1.574
Retenções	(11)	(4)
Depreciação		
Valor adicionado líquido	2.576	1.570
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.991	2.207
Outras receitas	222	27
Valor adicionado a distribuir	4.789	3.803
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	979	906
Benefícios	509	223
FGTS	77	41
Outros	10	1
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	1.510	1.196
Remuneração de capital de terceiros		
Aluguéis	94	64
Despesas bancárias	2	3
Juros		
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	1.608	1.370
Valor distribuido	4.789	3.803

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Companhia Província de Securitização ("Companhia"), sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a CVM, categoria S1, sob o número 1942-9, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securitizadora nos termos da Resolução CVM nº 60, foi constituída em 18 de outubro de 2000, e tem por objeto social: a) a aquisição e a securitização de direitos creditórios e/ou créditos hipotecários, imobiliários do agronegócio e de créditos oriundos de operações imobiliárias, de valores mobiliários lastreados em direitos de crédito e créditos do agronegócio, créditos imobiliários e assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos hipotecários e, imobiliários e do agronegócio; bem como e de créditos oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil contratados com bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedadesde crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias; b) a prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações imobiliárias e do agronegócio; c) a emissão e colocação, de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), e Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), ou de qualquer outro título de crédito ou valores mobiliários lastreados em direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio ou imobiliários compatível com suas atividades; e de outros títulos de crédito; d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as atividade de securitização de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, incluindo, mas não se limitando, a emissões de CRI e CRA, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios e/ou créditos do agronegócio e créditos imobiliários e hipotecários, bem como a realização de operações em mercados de derivativos, incluindo mas não se limitando a digitação de títulos em sistema de mercado de balcão, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito e/ou créditos; e) a realização de operações de hedge em mercados de derivados visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos e/ou direitos creditórios do agronegócio, imobiliários e hipotecários e f) exercer a atividade de agente fiduciário em emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG). A Companhia teve deferido, em observância ao Art. 56. da Resolução CVM nº 80, o pedido de cancelamento do registro de companhia aberta, categoria B.

Conforme previsto pela Lei nº 9.514/97, as empresas securitizadoras de crédito imobiliário estão obrigadas a manter contabilidade individualizada por projeto. Desta forma, os procedimentos contábeis aplicáveis às operações de securitização de recebíveis imobiliários da Companhia, nas quais tenha sido instituído regime fiduciário e que não tenham garantia da Companhia, estão adequadas as normas que tratam da divulgação de demonstrações contábeis independentes para as emissões de CRIs e implica na desvinculação completa das contas contábeis relativas a operações em questão, das demonstrações contábeis da Companhia. As demonstrações contábeis da Companhia passam a refletir a total independência e autonomia existentes entre o patrimônio separado e o patrimônio da Companhia.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

(a) Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base na Lei nº 6.404/76, complementada pelas alterações introduzidas pelas Leis nºS 11.638/07 e 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e deliberados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondas para o valor maispróximo, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 3 de novembro de 2023.

Novas normas e interpretações

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem emvigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para os períodos iniciados a partir de 1º de janeirode 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e seos direitos creditórios existentes podem exigir renegociação.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas informações contábeis trimestrais da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, tanto no balanço patrimonial da Companhia, quanto nos patrimônios em separados de cada Certificado de Recebíveis Imobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativose, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado, tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias foram basicamente as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas compreendem substancialmente o valor presente pela prestaçãode serviços. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo comobase a execução dos serviços realizados até da data base de 30 de setembro de 2023.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Outros ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. Os ativos são reconhecidosno balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados à Companhia, e o seu valor pode ser mensurado com segurança. Já o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação oriunda de eventos passados, com probabilidades de que um recurso seja requerido para liquidação desta obrigação.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e mensuração

A Companhia classifica suas aplicações financeiras sob a categoria de títulos para negociação, mensuradas pelo valor justo através do resultado. A administração determinou a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base na finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

Os Impostos a recuperar decorrentes de resgates de aplicações financeiras são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos referidos impostos retidos na fonte.

f) Baixa de ativos

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros:

1) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros – securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço;
2) Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida.

g) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro ou prejuízo por ação é apurado mediante a divisão do resultado líquido da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes no período.

h) Apresentação das informações por segmentos

A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22.

i) Passivos contingentes

Contingências passivas são reconhecidas nas informações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, quando considerados relevantes, são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	-	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	863	1.671
	863	1.671

5. Clientes

	30/09/2023	31/12/2022
Serviços prestados a receber	3	109
	3	109

Os valores a receber de clientes referem ao faturamento de prestação de serviços de gestão na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

6. Impostos a recuperar

	30/09/2023	31/12/2022
Antecipações do próprio exercício	-	97
IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos (i)	1.748	3.076
Saldo credor de exercícios anteriores	1.958	105
Impostos recolhidos a maior	-	101
	3.706	3.379

(i) Os impostos retidos se referem a: IRRF sobre aplicações financeiras no montante de R$ 1.716 (Em 31 dezembro de 2022, R$ 2.971); IRRF sobre serviços prestados no montante de R$ 14 (Em 31 dezembro de 2022, R$ 63); CSLL retida no montante de R$ 8 (Em 31 dezembro de 2022, R$ 31); Cofins retido no montante de R$ 8 (Em 31 dezembro de 2022, R$ 9); e PIS retido no montante de R$ 2 (Em 31 dezembro de 2022, R$2).

7. Outros valores a receber

	30/09/2023	31/12/2022
Valores a receber dos patrimônios separados (i)	377	138
	377	138

(i) Referem-se a valores pagos com caixa proprietário relacionado com as operações de Certificado de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio que serãoreembolsados pelos patrimônios separados e/ou partes envolvidas nas emissões, tais como cedentes, devedores e investidores.

8. Transação com partes relacionadas

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2023 e exercicio findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia prestou serviços de administração para os Patrimônios Separados, cujo valores estão demonstrados na Nota Explicativa nº 16.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

9. Imobilizado

O saldo do imobilizado é composto de:

a) Imobilizado de Uso

Imobilizado	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 30/09/2023
Computadores e periféricos	20%	65	13	-	78
Imobilizado		65	13	-	78

Depreciações	Taxa de Depreciação Anual	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo 30/09/2023
Computadores e periféricos	20%	(11)	(11)	-	(22)
Depreciações		(11)	(11)	-	(22)
Imobilizado líquido		54	2	-	56

10. Obrigações trabalhistas

	30/09/2023	31/12/2022
Provisão de salário	1	-
Provisão de férias e de 13º salário	124	46
IRRF sobre salários	7	47
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	43	13
INSS e FGTS sobre salários a recolher	35	75
	210	181

11. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	30/09/2023	31/12/2022
Provisão de imposto de renda	323	785
Provisão de contribuição social	118	285
COFINS, PIS e ISS a recolher	34	43
Impostos retidos no pagamento de terceiros	1	4
	476	1.117

8. Outras obrigações

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	30/09/2023	31/12/2022
Recebimentos antecipados de custos dos Patrimônios Separados	172	194
Outros credores	36	25
	208	219

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos trimestres findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 encontram-se resumidas a seguir:

	30/09/2023		30/09/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.414	2.414	2.055	2.055
Adições/Exclusões	10	10	13	8
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	2.424	2.424	2.068	2.063
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-
Resultado tributado	2.424	2.424	2.068	2.063
Imp. de renda – Alíquota 15%	(364)	-	(310)	-
Imp. de renda – Alíquota 10% Contribuição social – alíquota 9%	(224)	(218)	(189)	(186)
	(588)	(218)	(499)	(186)

10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

11. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 820.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foram distribuídos R$ 203 na forma de dividendos mínimo obrigatório e o montante de R$ 1.110 relativos a lucros de exercícios anteriores.

Em atendimento ao CPC 41(IAS 33) aprovado pela Resolução CVM nº 113 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2023 e 2022. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	30/09/2023	30/09/2022
Numerador		
Lucro líquido do período	1.608	1.370
Denominador	-	-
Média ponderada do número de ações	820.000	820.000
Lucro líquido básico por ação (em Reais)	0,0020	0,0017

12. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é assim composta:

	30/09/2023	30/09/2022
Receita de securitização	3.638	2.770
(-) Despesa com COFINS	(25)	(112)
(-) Despesa com PIS	(154)	(18)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(165)	(136)
	3.294	2.504

13. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	30/09/2023	30/09/2022
Salários	(639)	(223)
Pró-labore	(145)	(512)
Participação nos lucros e resultados (PLR)	-	(92)
Bônus	-	(17)
Aviso prévio, férias e 13º salário indenizados	(23)	(2)
Provisão de férias e de 13º salário	(140)	(45)
INSS e FGTS sobre folha	(282)	(237)
INSS e FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	(29)	(12)
Assistência médica	(292)	(133)
Programa de alimentação ao trabalhador	(210)	(88)
Seguro de vida	(2)	(1)
Auxílio educação	(33)	(15)
Vale transporte	(4)	(1)
TOTAIS	(1.799)	(1.378)

14. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	30/09/2023	30/09/2022
Contabilidade	(23)	(50)
Auditoria	(19)	(24)
Jurídicas	(78)	(120)
Assessoria e consultoria	(636)	(595)
CETIP	(46)	(22)
Custódia	(1)	-
Escrituração de CRI	(56)	(57)
Informática	(83)	(133)
Outros serviços de terceiros	(23)	(29)
	(965)	(1.030)

15. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas de aplicações financeiras	58	6.994
Outras receitas (despesas) financeiras	1.935	1.123
Despesas com tarifas bancárias	(2)	(2)
Despesa aplicação financeira – CRI	-	(5.908)
	1.991	2.207

16. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºS. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações contábeis dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei n° 9.514/97 do artigo 50 da Resolução CVM nº 60/2021 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até três meses após o encerramentodo exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data conforme determinado pelo Termo de Securitização.

17. Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes que pudessem modificar as informações contábeis trimestrais apresentadas em 30 de setembro de 2023.